

## Gazetas do tempo: documentos para a história?

As contribuições da imprensa vintista à semântica dos tempos históricos no contexto da Independência

Time gazettes: history records? Vintist press' contributions to the semantics of historical times on the context of Brazil's Independence / Gacetas del tiempo: ¿documentos para la historia? Las contribuciones de la prensa vintista para la semántica de los tiempos históricos en el contexto de la independencia de Brasil

---

### Jhonatas Elyel Silva

Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil.  
jhon.atas2010@hotmail.com

### Gilberto Noronha

Doutor em História pela UFU. Professor nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de História da UFU, Brasil.  
noronha.gilberto@gmail.com

---

### RESUMO

O artigo analisa as contribuições da imprensa vintista para a concepção dos Brasis possíveis na aurora do Oitocentos. Interroga-se a construção de uma semântica dos tempos históricos nos discursos veiculados por jornais como o *Astro da Lusitânia* e o *Diário do Rio de Janeiro* que evocaram figurações do passado para abordar o presente, como verdadeiras potências lançadas sobre o futuro incerto.

*Palavras-chave:* processo de Independência; história da imprensa; teorias da história; século XIX; história dos conceitos.

### ABSTRACT

The article analyzes the contributions of the vintist press on the conception of possible Brazils at the dawn of the 19th century. It questions the construction of a semantics of historical times in the discourses conveyed by the newspapers such as the *Astro da Lusitânia* and the *Diário do Rio de Janeiro*, which evoked figurations of the past to approach the present, as true potency launched on the uncertain future.

*Keywords:* Brazil's Independence; press' history; theories of history; XIX century; conceptual history.

### RESUMEN

El artículo analiza las aportaciones de la prensa vintista a la concepción del Brasis posible en los albores del siglo XIX. Cuestiona la construcción de una semántica de los tiempos históricos en los discursos transmitidos por periódicos como *Astro da Lusitânia* y *Diário do Rio de Janeiro*, que evocaban figuraciones del pasado para acercarse al presente, como verdaderos potencias lanzadas sobre el incierto futuro.

*Palabras clave:* Independencia del Brasil; historia de la prensa; teorías de la historia; siglo XIX; historia de los conceptos.

## Introdução

Na primeira metade do Oitocentos o edifício brasileiro estava ainda por construir-se, quer como Estado independente, quer como comunidade nacional; unitária ou diversa, federalista ou centralizadora do poder imperial, de um processo civilizatório. Nesse sentido, há um prolífico debate acerca do alcance da influência das novas ideias políticas e tecnologias europeias nos rumos, não apenas da emancipação política brasileira, mas de todo o continente americano, quando não de toda a civilização ocidental.<sup>1</sup> Nesse sentido, intentamos tecer uma breve reflexão apoiada na transdisciplinaridade, que das filosofias da história percorra também o trajeto antropológico das teorias do imaginário para encetar uma maior compreensão das dinâmicas do tempo histórico no local e no momento em que essas se constroem: na mediação entre o sujeito e o contexto social, político e cultural que o circunda. Marco Morel recomenda cautela quanto a este esquema explicativo. Segundo o autor, as interpretações dos contemporâneos daqueles tempos, daqueles eventos e daqueles jornais de estilo panfletário “poderiam ser polissêmicas”, não lineares ou evolutivas (Morel apud Luca; Martins, 2008, p. 37). Sem discordar de sua tese de que é necessário relativizar a supervalorização do desempenho da leitura sobre os agentes históricos, retomemos sua interrogação da influência própria dos jornais na dinâmica da constituição do Brasil independente: “Haveria, pois, essa relação unívoca e quase imediata (isto é, *sem mediações*) entre luzes, elites nativas e independência?” (p. 38, grifos nossos). Afinal, qual o papel da imprensa na formação da ideia de Brasil independente?

Gostaríamos de respondê-lo não com nossas palavras, mas com as de José Antônio da Cruz Ferreira Tezo, doravante citado como padre Tezinho,<sup>2</sup> e Antônio Marques da Costa Soares, ambos respectivamente redator e diretor do jornal *O Conciliador do Maranhão*, que rodou pelas ruas de São Luís e além, de abril de 1821 a julho de 1823 (Pinheiro, 2016, p. 103).

Os grandes acontecimentos políticos das nações, devendo algum dia entrar nas páginas da história, precisam ser minutados por testemunhas contemporâneas, e

---

1 Falamos de nomes como Marshall McLuhan, Jürgen Habermas e Peter Burke em obras como *A Galáxia de Gutenberg*, *Mudança estrutural na esfera pública* e *Uma história social da mídia*, entre outras.

2 Como muitos padres brasileiros àquela época, José Antônio da Cruz Ferreira Tezo (conhecido então como padre Tezinho) acumulava diversas profissões além da eclesiástica, sendo comerciante, dono de uma botica onde vendia edições avulsas e assinaturas do jornal. Foi, mais tarde, deputado eleito para a segunda legislatura das Cortes de Lisboa, pelo distrito maranhense de Caxias, onde gozava de grande influência devido à publicação que encabeçava (Elyel, 2022, p. 53). Ver: Elyel (2022).

desinteressadas, a fim de que a posteridade possa avaliar o mérito, ou demérito dos seus cooperadores [...]. Porém como estes [os historiadores], ainda mesmo sendo contemporâneos dos fatos, não podem presenciá-los em todo o território da nação cuja história escrevem, carecem documentos mais verídicos do que os de uma tradição quase sempre suspeita. E eis um dos fins úteis dos jornais. Outro ainda mais essencial é o de *servirem de mediadores* entre os governos e os povos, *maximé* nas extraordinárias crises, que sempre originam as alterações no sistema político de um Estado. Por *um jornal conhecem os povos os passos que os governos seguem para regê-los*; e estes se instruem sobre os sentimentos com que aqueles olham as suas deliberações.<sup>3</sup>

Que nação é essa, cuja história o padre Tezinho se propõe a minutar desde um jornal lançado em São Luís do Maranhão? Que história é essa? Que tradição? Que mediação? Seu objetivo ao escrever seria mediar a relação entre “os governos e os povos”? Ou buscariam construir sentidos de governo e de povo perante essas forças, às vezes antagônicas em nossa história, ao “instruir” uns dos “sentimentos” dos outros? Pois se “os impressos viajavam, transpunham mares e ‘faziam viajar’ seus leitores” (Morel, 2008, p. 38) não apenas pelo espaço tornado cada vez menor entre regiões, continentes, mares e oceanos, mas também pelas próprias dimensões do tempo, como o trecho acima começa ilustrando tão bem – de redatores conscientes de que escreviam não apenas para o presente, mas legando suas palavras ao futuro –,<sup>4</sup> que espécie de processo nos passa despercebido ao olhar pela redução de abordagens simplistas concomitantes não apenas à Independência, mas também à imprensa, não só como ferramenta transmissora dos ideais políticos de uma elite letrada, mas como elemento constitutivo de uma dinâmica social e temporal deveras complexa, que se retroalimentava da convergência “entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas” (p. 39)?

Indício do que falamos pode ser encontrado também em *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil*, uma colaboração entre José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile (2012), que apresenta uma rara e representativa coleção armazenada no Arquivo Histórico do Itamaraty. Provenientes do Rio de Janeiro, mas também da Bahia e de Portugal,

---

3 O *Conciliador do Maranhão*, ano 1, n. 1, 15 abr. 1821. Grifos nossos.

4 Curiosamente, levaria mais de 150 anos até que, nas palavras de Tânia Reina de Luca, começasse a crescer “o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil”. Ainda que já se reconhecesse, ao longo do século XX, a necessidade de se escrever a história da imprensa, “relutava-se em mobilizá-los [jornais e revistas] para a escrita da história por meio da imprensa” (Luca; Martins, 2008, p. 111, grifo nosso).

os “papelinhos” dão a entender que os debates concernentes ao processo de Independência transbordavam então dos círculos letrados, das elites detentoras do poder econômico e político para exercer qualquer tipo de interdição ao discurso, penetrando também outros meios e apresentando mesmo erros de grafia, num estilo mais simples que o impresso: “Utilizavam frases diretas e cortantes, destinadas a causar impacto sobre o leitor ou ouvinte e a facilitar a compreensão da mensagem” (Carvalho et. al., 2012, p. 24).

## Gazetas do tempo

Sete meses após inaugurar *O Conciliador do Maranhão* com suas pertinentes reflexões acerca da utilidade dos impressos para a vida política de qualquer nação “onde são admissíveis as ideias liberais”<sup>5</sup> e também para a história, caberia à imprensa *minutar* os grandes acontecimentos, ou seja, escrever “com letra miúda e com pressa para depois ser tresladado devagar em letra maior” (Bluteau, 1712, p. 500) pelo historiador. Segundo a compreensão do padre Tezinho, caberia à imprensa registrar para a posteridade os sucessos e fracassos daquela época às futuras gerações. Afirmava ele que eram “os jornais ou gazetas do tempo documentos para a história e que o voto de um escritor creditado seduz a posteridade”.<sup>6</sup>

Naquele caso, o clérigo referia-se à interpretação de Hipólito da Costa em seu *Correio Brasiliense* sobre o transcorrido em São Luís por altura da aderência do Maranhão à causa constitucional e à aclamação do governador Bernardo da Silveira como chefe do governo provisório da província, em detrimento da eleição de uma junta defendida por uma minoria na câmara da cidade no início daquele ano de 1821. Não obstante, o que chama atenção nesse trecho é o estatuto conferido pelo padre aos jornais, sobretudo num período marcado por tendências historiográficas contrárias àquelas afirmadas por ele. Estaria o padre criticando a “tradição quase sempre suspeita”<sup>7</sup> dos historiadores iluministas, que preteriam a historiografia antiga e medieval em favor de sua própria história do espírito científico, considerando “os tempos modernos como os únicos racionais da história” (Meneguello, 1997, p. 68)? Uma história que se pretendia apartada de superstições, da construção de heróis e do monumento

---

5 *O Conciliador do Maranhão*, ano 1, n. 1, 15 abr. 1821.

6 *O Conciliador do Maranhão*, ano 1, n. 40, 28 nov. 1821.

7 *O Conciliador do Maranhão*, ano 1, n. 1, 15 abr. 1821.

a batalhas – como o próprio Tezinho faz ao reproduzir uma proclamação do major Rodrigo Pizarro, exaltando o mito fundante da batalha de Ourique e da figura heroica de Afonso Henriques, com seus acréscimos de observador do processo histórico em curso no Maranhão, como veremos mais adiante. Criticava ele aquela história feita *a priori*, como “quando Kant propõe um plano da natureza organizando e orientando a história” (Menezes apud Kant, 2010, p. 105, grifos do autor)? Estaria ele criticando, como Marc Bloch faria mais de um século depois, os eruditos “que não têm gosto de olhar ao seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos” (Bloch, 2009, p. 66)?

Apesar de um ofício da junta provisória que governou a província do Maranhão em 1823 nos dar conta de que, entre outros bens, o padre Tezinho contava com exatamente 416 livros em sua biblioteca particular (As Juntas..., 1973), não temos indícios documentais de ele tenha tido contato com os escritos de Kant e Voltaire, concernentes ao curso da história, tampouco é provável que estava a ler a filosofia da história hegeliana quando o próprio Hegel ainda ministrava suas palestras na Universidade de Berlim acerca do “único pensamento que a filosofia traz para o tratamento da história é o conceito simples de razão” (Hegel, 2012, p. 55). Ainda assim, José Antônio da Cruz Ferreira Tezo não parecia rechaçar por completo os métodos iluministas, uma vez que se preocupava com a importância de se registrarem os testemunhos factuais, objetivando legá-los aos historiadores para que estes procedessem à interpretação e à crítica, avaliando “o mérito ou demérito dos seus cooperadores; aproveitando de umas lições de virtude e heroísmo para imitá-los, e conhecendo os crimes de vilezas de outros para detestá-los”.<sup>8</sup> No entanto, como o próprio excerto indica, o caráter pedagógico da história que Tezinho almejava esboçar fugia a qualquer classificação definitiva. De um lado, valorizava o testemunho da sua observação própria dos fatos, mas também se abria – e ao veículo por ele redigido – a todos os habitantes daquela província, que, “animados dos mesmos princípios [de imparcialidade, franqueza e verdade], nos queiram comunicar tudo o que souberem relativo a fatos”.<sup>9</sup> Por outro lado, julgava impreterível o caráter didático dos seus escritos e da própria história, afastando-se exatamente da tradição filosófica – responsável por romper com a natureza pedagógica da escola anterior – que parecia criticar para colocar-se em favor da história *magistra vitae* (Koselleck, 2006, p. 41).

---

8 O *Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 abr. 1821.

9 O *Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 abr. 1821.

Buscar defini-lo de uma vez por todas, portanto – bem como qualquer tradição que pudesse professar –, seria limitá-lo, a menos que pensemos não apenas em Tezinho, como também em outros redatores do período, como Joaquim Maria Alves Sinval, do *Astro da Lusitânia*, ou Zeferino Vito de Meirelles, do *Diário do Rio de Janeiro*, e tantos sujeitos pensantes que urdiram nas páginas da imprensa essa trama, como os protagonistas de um conto kafkiano usado por Hannah Arendt para ilustrar que “apenas na medida em que pensa, isto é, em que é atemporal [...], o homem na plena realidade de seu ser concreto vive nessa lacuna temporal entre o passado e o futuro” (Arendt, 2016, p. 39). Arendt indica como um desses homens o francês Alexis de Tocqueville, em seu *Da democracia na América*, contemporâneo de José Antônio Ferreira e demais redatores luso-brasileiros. E o fato de serem contemporâneos reforça a impressão que temos, ao vê-los igualmente situados nessa fissura cognitiva, ainda que cada caso no universo luso-brasiliense tivesse suas particularidades, inerentes à dinâmica dessa região periférica tanto no espaço como no tempo histórico circunscrito à civilização ocidental.

Não consideramos que essa dinâmica própria tenha um sentido pejorativo, de atraso perante “o mundo ‘inteiramente novo’” e sua necessidade de “uma ‘ciência política nova’” (Hartog, 2015, p. 129). A forma de perceber e interpretar as fontes do historiador, o tempo histórico e o fazer historiográfico em José Antônio da Cruz Ferreira Tezo destoa da tradição historiográfica metódica que viria a se tornar hegemônica no século XIX. Diferente da expectativa do padre, os jornais foram relegados à categoria de coadjuvantes, cujos registros entendiam-se por fragmentários e mesmo distorcidos, em detrimento dos documentos oficiais que, na perspectiva historiográfica metódica, primavam pela “objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de [serem] suficientemente distanciados do seu próprio tempo” (Luca, 2008, p. 112). E, ainda que a revolução dos *Annales* tivesse rompido com essa tradição um século depois, as “minutas do Padre Tezinho”, assim como os jornais e revistas, seriam mais creditadas como fontes históricas, no Brasil, apenas em meados dos anos 1970.

Assim, retomamos a indagação feita anteriormente: que história é essa reivindicada não apenas pelos redatores do *Conciliador*, mas também dos outros jornais produzidos em terras do Brasil, nesse período? Escrita por sujeitos tão díspares quanto dois funcionários maranhenses a serviço de um governo absolutista que cambaleava precipício abaixo e um profissional liberal luso-fluminense, impregna-se, não obstante, de metáforas clássicas e referências das Luzes que quase ofuscam a visão de algo ainda mais entranhado no *corpus* documental. A saber, noções de dever e devir que remetem diretamente ao tempo

histórico como “uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa” (Koselleck, 2006, p. 309). Um tempo que se desloca a seu próprio modo, vendo expandir-se um horizonte de expectativas ao qual as experiências passadas começavam a não mais servir de modelo macrossocial, ainda que fossem evocadas – e mesmo propostas, em um possível cenário futuro – para que fossem imitadas ou detestadas. Enfim, um tempo histórico que é construído culturalmente, e que, “em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas” (Jasmin apud Koselleck, 2006, p. 9).

Atendo-nos ao testemunho legado pelos jornais publicados no Brasil entre 1821 e 1823, fica mais fácil perceber a dinâmica deste relacionamento, quando, por exemplo, entre 283 ocorrências no *Astro da Lusitânia*, a palavra-chave “história” relaciona-se 239 vezes a sentidos que evocam o espaço de experiência, não apenas do universo circunstancial luso-brasileiro, como ao afirmar ser “evidente à face da nossa antiga história que os nossos maiores se reservaram o importante direito de impor tributos”;<sup>10</sup> mas também ocidental, ao conjurar as mais diversas figuras e regiões da história para atribuir à experiência um caráter não apenas didático, como também de “mestra universal dos homens”.<sup>11</sup>

Após levantamento detalhado do termo “história” nos referidos periódicos, constituído por um primeiro passo de pesquisa, leitura e classificação da palavra-chave no mecanismo de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, reconhecemos as concepções de história veiculadas nos jornais, classificadas em quatro sentidos distintos: literária (referente ao uso mais singular e abrangente do termo), tradicional (dos eventos e personagens imortalizados no panteão da memória, quer por seus méritos ou defeitos), didática (que traz em seu bojo as lições do passado) e progressiva (atrelada, de uma maneira ou de outra, à ideia de futuro, ou de novidade, de falta de precedentes em determinados atos). Respectivamente, as três primeiras classificações relacionam-se diretamente a sentidos que evocam o espaço de experiência, entendido como “o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e ainda podem ser lembrados” (Koselleck, 2006, p. 309), enquanto a última corresponde a sentidos imbricados no horizonte de expectativas, tal como proposto por Koselleck.

---

10 *Astro da Lusitânia*, ano 1, n. 1, 30 out. 1820.

11 *Astro da Lusitânia*, ano 3, n. 138, 1 ago. 1822.

Argumentando sobre a degeneração daqueles que têm o poder, o redator do *Astro da Lusitânia*, Joaquim Maria Alves Sinval, postulava, em novembro de 1820, que “a experiência e a história de todos os povos antigos e modernos nos mostram que o poder supremo é mais próprio a corromper do que a formar o coração e o espírito”.<sup>12</sup> Consonante, em forma, ao *Astro* postava-se João Soares Lisboa, em seu *Correio do Rio de Janeiro*, ao frisar que “a monarquia absoluta” seria

um mal de sua natureza, e apenas cessa de o ser por um acidente raro e curto. Triste verdade, que a história de todos os povos e a experiência de todos os tempos opõe à imprudência dessas doutrinas onde o elogio do passado trai as pretensões do futuro.<sup>13</sup>

Um olhar mais detido, no entanto, logo revela que, em seu discurso, o *Correio* trazia a tiracolo “as pretensões do futuro”, as expectativas que, nesse caso, mais eram obstruídas pelo “elogio do passado” do que se serviam dele como modelo. Em suma, a experiência passada começava a desassociar-se da expectativa futura e, mais do que isso, provava-se um empecilho, uma pedra no caminho da “civilização e sua marcha”.<sup>14</sup>

## O anjo do progresso

Ironicamente, o *Semanário Cívico* da Bahia evidenciou essa marcha da civilização apenas uma vez ao longo de suas edições e, quando o fez, foi através da transcrição de um periódico espanhol reprovando a Independência mexicana. De costas para o porvir independentista, em seu número 49, de 31 de janeiro de 1822, o redator responsável pelo jornal baiano, Joaquim José da Silva Maia, reproduzia um discurso extraído do *El Universal* de Madrid que, em seu número 216, de 4 de agosto do ano anterior, comentava o seguinte do processo de emancipação da Nova Espanha.

A revolução da Nova Espanha, quer se observe na sua origem, no seu curso, ou se analise em sua atual reação, é um fenômeno inconcebível em política, que desconhece a história das nações. Ela não é o esforço dos povos que resistem à escravidão, nem os heroicos impulsos da opressão, menos o movimento franco e generoso da liberdade

---

12 *Astro da Lusitânia*, ano 1, n. 4, 6 nov. 1820.

13 *Correio do Rio de Janeiro*, ano 1, n. 2, 11 abr. 1822.

14 *Correio do Rio de Janeiro*, ano 1, n. 35, 21 mai. 1822.

legal e da segurança individual; é sim um passo retrógrado na marcha que segue o gênero humano. É uma contradição dos princípios luminosos que a filosofia tem espalhado em todo o universo; é um obstáculo impotente, porém voluntário aos progressos do século. É, enfim, um conato direto para fazer a Nova Espanha escrava ou dependente de alguma potência estrangeira.<sup>15</sup>

Uma comparação entre o discurso original (encontrado na Biblioteca Digital Hispânica) e a tradução de Silva Maia revelou que não há profundas alterações feitas pelo redator baiano, salvo alguns destaques.<sup>16</sup> Desses, chama mais atenção as referências à “emancipação prematura” e à “independência” de Nova Espanha, pintada pelo redator ibérico como o arrancar da “criatura tierna del regazo amoroso de la madre que á sus pechos lo sustenta”.<sup>17</sup> Somados ao trecho supracitado, no entanto, pode-se notar, além da defesa de Silva Maia do estado prematuro das colônias do Novo Mundo – espanholas e lusitanas –, para que almejassem marchar com suas próprias forças rumo à civilização, uma correlação em si entre a concepção progressiva e linear do gênero humano no Século das Luzes. Isto se torna patente quando, entre outros trechos, podemos observar os movimentos revolucionários das Américas descritos como “retrocesso das luzes, a volta dos séculos bárbaros”,<sup>18</sup> possivelmente em relação ao período pré-colombiano. Assim, apresentavam uma concepção originalíssima em seu cerne, procurando adaptar a tradição, arrastá-la a reboque daquela marcha e equilibrá-la conforme podiam na lacuna cada vez mais salutar – ainda que, talvez, não de todo incontrolável – entre o peso e a segurança conferidos pela autoridade encarnada na experiência e o fio condutor da própria continuidade histórica. Contanto, se, em *Entre o passado e o futuro*, Hannah Arendt tem razão ao argumentar que “as distorções destrutivas da tradição foram todas elas provocadas por homens que haviam tido a

---

15 *Semanário Cívico*, ano 2, n. 49, 31 jan. 1822.

16 Para efeito de comparação, segue o trecho original em espanhol: “La revolución de Nueva España, ora se observe en su origen, ora se siga en su curso, ora se analice en la actual reaccion, es un fenómeno inconcebible en política, que desconoce la historia de las naciones. Ella no es aquel noble esfuerzo de pueblos que resisten la esclavitud; no los heroicos sacudimientos de la opresion, no tampoco el movimiento franco y los impulsos generosos de la libertad legal y de la seguridad individual; és sí un paso retrógrado en la marcha que sigue el género humano; es una contradicción de los principios luminosos que la filosofia ha derramado sobre el universo; es un obstáculo impotente, pero voluntario á los progresos del Siglo; es al fin un conato directo y egecutivo hácia la esclavitud y dependencia estrangera”. *El Universal*, ano 2, n. 216, 4 ago. 1821 (grafia mantida conforme o original).

17 *El Universal*, ano 2, n. 216, 4 ago. 1821.

18 *Semanário Cívico*, ano 2, n. 49, 31 jan. 1822.

experiência de algo novo, que tentaram quase instantaneamente superar e resolver em algo velho” (2016, p. 56), Joaquim José da Silva Maia, José Antônio da Cruz Ferreira Tezo e o redator do *El Universal* (entre outros) não poderiam prestar desserviço maior a sua própria causa de unificação ao intentarem tal concomitância. Em última instância, essas elaborações cognitivo-temporais acerca da história minavam, naquele momento, qualquer autoridade fundada nos princípios da tradição, ainda que alguns publicistas e demais homens de letras situados nessa fissura do vintismo buscassem o caminho da moderação – talvez o mais árduo e, apenas talvez também, o mais infrutífero –, como indicam suas manobras para relacionar independência com desordem e, mesmo, retrocesso.

E não ter-se-ia sobrado história a ser contada realmente, das expectativas passadas que não ultrapassaram a realidade psíquica (Koselleck, 2006, p. 314), não fossem esses testemunhos carcomidos pela implacável marcha de um tempo cronológico que, antes de regurgitar, tanto tem engolido. Não é de espantar, portanto, que tais concepções, que tais testemunhos tenham “se perdido no tempo” e o passado tenha se afastado, mesmo que sujeitos como o padre Tezinho e o redator do *El Universal* tenham o percebido afastar-se lentamente nas asas dum primeiro anjo da história impelido pela tempestade do progresso (Benjamin, 2019, p. 14) que anunciava então como boa nova, bem aos moldes do timbre que encontramos no *Diário*.



Figura 1 – O anjo do progresso, anunciando as primeiras edições do *Diário*. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Nesse sentido, é flagrante a pena do redator espanhol que ecoa nas páginas do *Semanário*, indagando:

Mas quando assim não sucedesse e fora dado riscar do tempo e da memória a passada catástrofe, quando as vivas imagens do horror pudessem arrancar-se dos corações doloridos, quando o esquecimento geral das almas sensíveis, qual eterna pedra sepulcral cobrisse para sempre as cálidas cinzas e o sangue ainda fumegante de tantos milhares de vítimas inocentes. Quando, finalmente, uma série não interrompida de feitos, desmentindo temores, garantisse a segurança pessoal e restabelecesse a perda de confiança, porventura a *Nova Espanha está em estado de força, de virilidade, de luzes que necessita para obrar com independência da metrópole e figurar dignamente entre as grandes potências do velho e novo mundo?* Eis aqui, americanos, o grande problema político que é necessário resolver antes de comprometer os interesses do Estado e a venturar a sorte da religião e da pátria.<sup>19</sup>

Jornais portugueses e, pelo que nos é lícito ver, jornais espanhóis abundavam em imagens progenitoras e pueris para explicar os motivos pelos quais advogavam contra as independências do Novo Mundo. E, pelo que vimos do *Astro da Lusitânia*, talvez fosse essa mesmo uma preocupação legítima, entre tantas outras, como o bem arrazoado juízo de que a união fazia a força, da metrópole, principalmente, mas também da colônia, ou no caso específico luso-brasiliano, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Apesar de diversas reservas quanto à política comercial que se gestava para o Brasil em Lisboa – como a revisão do tratado comercial de 1810 com a Grã-Bretanha e demais frutos de uma concepção protecionista que intencionava a “dominação das cortes sobre o Brasil no sentido preciso de sujeitá-lo política e economicamente a Lisboa em benefício da recuperação econômica de Portugal” (Rocha, 2009, p. 119) –, é difícil imaginar que o maquiavelismo colonialista (p. 16) das cortes fosse maior do que os exemplos da história recente, como aquele que o *Semanário Cívico* nos transmitia sobre o México. As expectativas de futuro, na América, pareciam distanciar-se cada vez mais da experiência dos revolucionários do Porto de retomar as cortes. Nas palavras de Raimundo Faoro, por aqui, “o liberalismo europeu contaminou-se de conteúdo novo que o desfigurava na essência e na forma” (Faoro, 2001, p. 266).

O rompimento com a metrópole representava um recomeço traumático para qual os precedentes da história não mais serviriam de modelos a serem

---

19 *Semanário Cívico*, ano 2, n. 49, 31 jan. 1822. Grifos do autor.

imitados, ainda que seu caráter didático resistisse quando comparado ao peso de uma tradição que se esgarçava até mesmo em seu berço europeu, como noticiava o *Astro*, ao afirmar:

Recuperou o povo a sua soberania. Não tem cortes antigas, porque um dos nossos reis as extinguiu e nunca o atual as reconheceu. Não tem pacto com ele, porque nossos avós o calcaram. Não pode, por conseguinte, ligar-nos um vínculo roto, nem convocarem-se cortes que não existem e que, cessando de fazer corpo integrante da monarquia, ficaram reduzidas a uma entidade negativa que apenas pode hoje figurar nas antiguidades da nossa história.<sup>20</sup>

Como podemos ver, ao falar sobre o método antigo das cortes de tomarem forma em Portugal, Joaquim Maria Alves Sinval evocava a tradição num sentido crítico e para criticá-la, apesar do significado majoritário dessa tradição ainda figurar como aquele que dava solidez ao tecido sociocultural e aos pés da qual se depositavam os atos do presente. Contudo, tal base sólida parecia erodir-se a olhos nus perante o vendaval intempestivo de insurreições redentoras, como aquelas em Inglaterra, “cuja história é uma contínua lista revolucionária, principiada e sustentada para defender nossas liberdades. Esta Inglaterra cuja Constituição foi conquistada à força de revoluções e não por espontânea concessão de reis”.<sup>21</sup> Enfim, de um *continuum* progressivo que carregava a liberdade em suas asas, além da negligência daqueles responsáveis por sua manutenção.

Restava, portanto, ver descortinar-se o futuro! Todavia, não é que o uso da história nesses jornais estivesse atrelado à concepção de futuro apenas como indicativo de uma interpretação deste como marcha linear e irrefreável. Antes, apontava para uma preocupação profunda com a posteridade, com a moralidade da ação presente. Enfim, com os atos que “por sua importância e grandeza marcaram a mais formosa época da nossa história”.<sup>22</sup> Semelhante ao projeto de traslado da corte lisboeta para terras americanas e, após 1808, à expansão de um grande império nos moldes europeus para os lados de cá, tais concepções de tempo não eram novidadeiras nos idos de 1820. Comentando o levante iniciado também no Porto contra a ocupação francesa em 1809, a *Gazeta do Rio de Janeiro* afirmava que “acontecimento mais importante, que pode elevar a glória

---

20 *Astro da Lusitânia*, ano 1, n. 24, 14 dez. 1820.

21 *Astro da Lusitânia*, ano 2, n. 131, 28 abr. 1821. Grifos do autor.

22 *Astro da Lusitânia*, ano 2, n. 184, 5 jul. 1821.

e a dignidade de uma nação, era reservado a perpetuar na posteridade o ilustre nome dos heróis portugueses e a marcar nos fastos desta bela e opulenta cidade a imortal época da sua restauração”.<sup>23</sup>

Vê-se aqui uma dimensão, talvez mais empírica – e, por isso mesmo, mais trágica –, do porvir que se relaciona em muitos desses registros a uma tomada de consciência perante o peso de suas ações no juízo das futuras gerações. E essa dimensão teria sido muito maior do que aquela metafísica, inerente à idealização da própria história como uma juíza inclemente, uma carrasca. Aqui, Clio assumia feições quase gentis, quicá intercessoras. Contudo, se a história tão logo não representava essa dimensão inescapável do devir, o mesmo não podemos dizer da liberdade. Falamos, enfim, de concepções díspares, que guardam em seu bojo visões distintas da realidade que buscavam registrar alguns publicistas luso-brasilienses como o padre Tezinho, do *Conciliador*, e Zefferino de Meirelles, do *Diário do Rio de Janeiro*, que em julho de 1821 transcrevia no poema a seguir um peculiar registro dessa condição dos sujeitos abordados.

Qual novo som do Dêlfico Alaúde  
Por minhas mãos pulsado aos ares sobe  
E os corações e as mentes arrebatá?  
Qual nunca ouvido canto harmonioso  
Mais que o dos cisnes do Maionio Lago,  
Entoa a voz sonora que em desleixo  
Jazia há longo tempo?

Será que novamente de Belona  
O faixo acesso aos Campos creste  
E que as mãos da Vitória outra vez ornem  
De imarcescível Louro as Luzes frentes?  
Que esta voz, qual outrora, a cantar volte  
O valor imortal que balda e prosta  
Iníqua agressão fera?

Que de novo no Templo da Memória  
Alto Padrão levante ao nome invicto

---

23 Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 3 out. 1809.

Desses heróis de sangue e pó cobertos  
Que ao jugo a Pátria libertaram?  
Eia, Clio gentil, tu me iluminas,  
Tu do grande prodígio me declaras  
As causas portentosas!<sup>24</sup>

Possivelmente em reação ao juramento feito por d. João VI às bases da Constituição,<sup>25</sup> o *Diário do Rio de Janeiro* reproduzia um poema de Miguel de Sousa Melo e Alvim.<sup>26</sup> Em tudo curiosa – quer pela inserção em um jornal que se prestava, as mais das vezes, ao papel de informar dados meteorológicos e anúncios comerciais, quer pela distância da referida correspondência e pelo teor semântico da mesma –, tal poesia oferece-nos oportunidade para vislumbrar as relações que os contemporâneos de Miguel Alvim e Zeferino Meirelles mantinham com o tempo histórico em que estavam inseridos, revelando o modo como compreendiam os acontecimentos à luz da nova ordem de coisas e do processo civilizatório que esta gestava então.

Interessante é notar que nas três primeiras estrofes do poema, seu autor insiste numa recorrência de motivos para pintar alegoricamente imagens relativas não apenas à ruptura revolucionária iniciada no Porto e todas as expectativas constitucionais que esta trazia em seu bojo, mas também ao reanimar da liberdade no *continuum* do tempo, a realizar-se, quase que profeticamente, na voz da história, que antes de ser manifestada pela figura de Clio, ou mesmo da memória, é levada a se manifestar pelo cântico divinatório intentado pelo autor na primeira estrofe, que alude diretamente ao templo donde a pitonisa anunciou os terríveis infortúnios do trágico Édipo rei (Sófocles, 2013, p. 144). Templo feito dos “ramos de loureiro” (Graves, 2018, p. 276) que deveriam coroar as luzes através das mãos da vitória, além do faixo acesso de Belona e, onde, para preparar-se a consultar com a sacerdotisa, devia-se beber de água das fontes do Lete, “que o ajudará a esquecer o passado e também de uma outra fonte próxima, chamada Água da Memória, que o ajudará a recordar o que viu e ouviu” (p. 278).

---

24 *Diário do Rio de Janeiro*, ano 1, n. 6, 7 jul. 1821. Grifos nossos.

25 Apesar de publicado em 7 de julho de 1821, consta ao final do cântico a data de 1 de maio de 1821, que nos leva a crer ter sido produzido em resposta aos eventos de 26 de fevereiro, por cantar à “livre Constituição que ao luso império concede o grande rei”.

26 Chefe de esquadra da Marinha em 1821, Miguel de Sousa Melo e Alvim viria a ser presidente da província de Santa Catarina no fim do Primeiro Reinado e conselheiro de Estado, além de haver ingressado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, como sócio correspondente, apesar do site da instituição acusar que não deixou obra publicada em história ou geografia (IHGB, 2021).

Essa era a voz, a canção, jazida em desleixo, que o poeta invocava para dirigir-se à história. E continua, elevando-se:

Ó pasmo, ó maravilha! Eu sonho ou vê-lo?  
Eis-me aos ares librado, eis que transponho  
As órbitas dos astros; e dos Numes  
Eis que a vedada Estância encaro e assomo!  
Com sonoro estridor nos quícios geme  
O Pórtico sublime: eis, eis patente  
Dos Fados a morada!

Já se dissipa a névoa do futuro!  
Ó glória, ó bem sem par! Vejo os destinos  
Das diversas Nações do mundo!  
Tristes margens do Ganges e do Nilo!  
Despotismo feroz por largo tempo  
Inda tem d'algemar teus habitantes  
Da humanidade opróbrios!

E tu, da liberdade ó Pátria antiga!  
Ó Grécia venerada! Em vão forcejas  
Por quebrar o grilhão que opressa arrastas!  
Dos Brutos, dos Catões a Mãe lá vejo  
Ir levantando a frente majestosa  
E nos Campos Itálicos de novo  
Brilhar risonha aurora.<sup>27</sup>

Levando em consideração que “a filosofia, de Platão a Hegel, não era deste mundo” (Arendt, 2016, p. 50), mas de um mundo mais elevado, vemos precisamente o eu lírico de Miguel Alvim transcender o globo terrestre e a órbita dos astros para, adentrando a morada do destino, ver o futuro de todo o Velho Mundo enquanto uma totalidade temporal dotada de sentido lógico. Porém, se para Arendt tal concepção de uma história universal minava quaisquer reclamos de autoridade tradicional, não podemos deixar de lançar os olhares sobre

---

27 Diário do Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, 7 jul. 1821. Grifos nossos.

esta peça retórica com especial interesse. Afinal de contas, tratava-se de uma elucubração que levava em conta o *continuum* histórico, mas sem desacreditar o peso da tradição paternalista, escatológica e monárquica. De leste a oeste, mais do que a triste sina dos lugares por onde passa, descreve o pairar da liberdade como “risonha aurora” que despertava “os povos *anhelantes* por gozarem liberal condição” também em Gália, Germânia, Espanha e nas “ocidentais plagas” onde a “nação venturosa” exultava feliz pela concessão que d. João VI fazia ao jurar a Constituição a ser feita pelo

Augusto Ajuntamento convocado  
De seletos varões do Vasto Império  
Pela douta Minerva presidido  
Lá dita as sábias leis, lá firma as bases  
Do grande Monumento inabalável,  
Que há de arrostar os séculos vindouros  
Apesar de Saturno.

Reconhecemos nesses autores, enfim, e sobretudo nos publicistas – que, além de reproduzirem discursos de terceiros, quer fossem cartas, poesias ou debates na tribuna – vetores daquela aceleração que Koselleck atribui aos tempos modernos através das filosofias da história. Aceleração que acreditamos não ter sido posta em marcha necessária e exclusivamente por sujeitos como Voltaire e Hegel, mas também pelos Marat, pelos Hipólito da Costa e pelos padres, quer fosse o monárquico Tezinho ou o republicano Caneca. Foram esses homens que não quiseram apenas esperar pelo futuro, como se esperassem pelo dia do juízo final. Eles quiseram – e fizeram – não apenas acelerar o futuro, assegurando, com a tecnologia de que dispunham, a imprensa, “à aceleração um campo de experiência que lhes fosse totalmente adequado” (Koselleck, 2006, p. 37), mas também fizeram acelerar o advento daquilo que chamavam em seus jornais – e muitos ainda com ressalvas – de governo democrático.<sup>28</sup> Pois, “a regeneração [política] portuguesa teve princípio em um partido democrático, e não progrediu por falta de opinião pública”.<sup>29</sup> Grosso modo, o fazer político (a ação política) moderno fomenta um paradigma diferente daquele específico da sociedade ocidental no Antigo Regime; um paradigma pluralista, ou público, como queriam os periodistas do Oitocentos.

---

<sup>28</sup> Como o referido *Correio do Rio de Janeiro*, onde “democrático” pode ser entendido como “popular”, liberal. Ver: *Correio do Rio de Janeiro*, n. 27, 10 maio 1822.

<sup>29</sup> *Correio do Rio de Janeiro*, n. 27, 10 maio 1822.

Hannah Arendt credita a teorização dessa “mentalidade alargada” (Kant, 1952 apud Arendt, 2016, p. 18) à Kant e salienta que “o campo da política [moderna] é o do diálogo no plural que surge no espaço da palavra e da ação – o mundo público – cuja existência permite o aparecimento da liberdade”, apesar de preferirmos pensar nessa como uma permissão não de aparecimento, de revelação, mas de construção. De uma liberdade exercida e entendida como alteridade, na interação com o outro “e não no diálogo metafísico do eu consigo mesmo” (p. 21), exatamente como conjecturávamos há pouco. De Voltaire, Kant e Hegel é legada ao próprio Marx e a toda uma tradição teórica e filosófica tão ao gosto do Oitocentos e, como indicava o redator do *Conciliador do Maranhão*, também de

Atenas, Esparta, Lacedemônia e Roma ainda hoje ocupam um lugar distinto no brilhante teatro da história apesar do caliginoso curso de tantas idades; se o leitor humano, sensível, amigo dos homens e da liberdade ainda hoje rega com saudosas lágrimas essas felizes páginas em que se leem os respeitáveis nomes dos restauradores da liberdade na Grécia e Roma; se ainda hoje o universo admirado e cheio de respeito e gratidão profere com venerável acatamento e doce emoção os nomes dos filósofos e legisladores das nações que tão bem fizeram ao gênero humano detestando a barbárie e promovendo a felicidade da sua espécie. Que lugar, senhores, que distinto lugar não espera nos anais da imortalidade a generosa nação portuguesa pelos grandes feitos que acaba de praticar? E que radiosa coroa de imarcescível glória não cingirá as fronteiras dos Cabreiras, dos Sepúlvedas, dos sábios e dos filósofos que na mais augusta e tremenda assembleia procuram desenvolver os princípios da razão e da justiça?<sup>30</sup>

Contudo, é preciso salientar que dessas transformações e rupturas precipitadas a partir das revoluções Francesa e Industrial e estabelecidas definitivamente no universo luso-brasileiro pela Revolução do Porto não resulta “que o futuro se subtraia terminantemente a qualquer ensinamento que venha da história. O que acontece é que os ensinamentos se movimentam sobre um patamar temporal compreendido sob um ponto de vista teórico diferente” (Koselleck, 2006, p. 144). Nesse sentido é possível, inclusive, observar a incidência deveras mais abundante de “histórias” do que da história nos ditos periódicos, como indicam as ocorrências no *Astro da Lusitânia*.

E por quê? Porque novas expectativas vêm, por fim, somar novas experiências, se não fosse pelo coeficiente da aceleração da mudança, que Koselleck

---

30 *Conciliador do Maranhão*, ano 2, n. 80, 16 abr. 1822.

identifica a partir da Revolução Francesa, que pôde ser sentida no universo luso-brasileiro, e em todo o Novo Mundo, a partir das Guerras Napoleônicas. Será útil atentar para as duas principais categorias ao longo dos excertos extraídos do *Astro da Lusitânia*, do *Conciliador do Maranhão*, do *Semanário Cívico* e do *Diário do Rio de Janeiro* que, como visto acima, encontram-se embebidos de experiências as mais diversas, não apenas referentes àquelas circunscritas ao universo luso-brasileiro, mas também à civilização ocidental.<sup>31</sup>

A importância desse segundo ponto jaz no fato de que o espaço de experiência – ou espaços, como pretendemos abordar aqui – não apenas “salta por cima dos tempos” (Koselleck, 2006, p. 311) cronologicamente mensuráveis, mas também por cima das próprias fronteiras espaciais. E quando esses espaços, essas colinas e charnecas repletas de experiência enfim se limitam abruptamente pela escarpa íngreme que desce à orla, onde as águas de toda expectativa encontram o horizonte temporal distorcido e ampliado sobremaneira pela aceleração de eventos sem precedente, apenas a liberdade – quando ainda não a história –, como “dimensão inescapável do próprio devir” parecia obrigar “toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura que a inscrevam como um desdobramento consoante com o processo temporal” (p. 11).

## Documentos para a história

Para aqueles que tendem a ver mesmo as rupturas e deslocamentos como acontecimentos pontuais em uma determinada linha cronológica, nossa arguição torna mesmo a observação do coeficiente de aceleração encarnado pela noção de progresso, como atesta o discurso do *Diário* anos depois, ao afirmar que “a imprensa contribuirá muito para o desenvolvimento das luzes e para o progresso da instrução”.<sup>32</sup> E, por que não, também da história, ou da concepção da história como progresso? Décadas já haviam transcorrido desde a Independência dos Estados Unidos, seguida da Revolução Francesa e todos os seus desdobramentos, dentro e fora da Europa. Ainda assim, experiências – factíveis ou não – de um passado remoto em séculos aglomeravam-se a outras tantas e mesmos a expectativas que, com o tempo, envelheciam em novas experiências, em bons e

---

31 Parece-nos mais tangível esta aceleração do tempo, sobretudo após o grande trauma social, político, cultural, filosófico e tecnológico do breve século XX, definido por historiadores como Hobsbawm através de suas guerras e expurgos de caráter, as mais das vezes, étnico, mas que terminavam tendo um alcance global, tanto geográfica quanto midiaticamente falando, para não falar nos números de baixas (Hobsbawm, 1995, p. 150).

32 *Diário do Rio de Janeiro*, ano 5, n. 5, 6 out. 1825.

maus exemplos, “para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (Koselleck, 2006, p. 311). Impossível seria narrar ou descrever uma história, pela perspectiva de sua própria temporalidade, sem o acesso a categorias referentes ao espaço e ao tempo abordados. Por isso, as expressões “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” são tão caras.

Até o advento da modernidade com as revoluções burguesas, poderia se considerar o olhar que Jano projeta sobre essas vastas planícies de terreno fértil das mais variadas experiências como o fio condutor de todas as esperanças e anseios futuros, sobretudo enquanto a racionalidade cristã manteve-se firme o bastante para limitar a linha – então tênue – do horizonte que separava as experiências pessoais, coletivas, geracionais e históricas das expectativas num porvir que, quando não era visto em declínio temporal rumo ao apocalipse, era visto em larga escala através do tempo natural, dos ciclos meteorológicos e astronômicos com os quais as camadas populares do Antigo Regime tocavam suas vidas (Koselleck, 2006). Ainda assim, a conceitualização mais geral de expectativa, feita por Koselleck, encaixa-se mesmo nesse contexto, uma vez que “a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (p. 304). Ou, em nossa metáfora mitológica, a face de Jano que, das planícies, charcos e brejos do passado, dirige seu olhar para o além, exatamente para a linha do horizonte de onde assoma o futuro, quer seja este futuro a próxima colheita, o próximo rei, o juízo final, o progresso de uma economia em eterno crescimento, a promessa de um Estado mínimo ou a utopia de uma sociedade sem classes.

E ainda que existam ambas neste “instante de cognoscibilidade” conhecido por presente, tais categorias jamais coincidem, de modo que não se possa pressupor o futuro a partir de experiências passadas, ainda que essas apresentem paralelos suficientes para que a tentação da causalidade por si mesma se instale na análise. Ainda assim relações de causa e efeito foram a força motriz da prática histórica durante séculos, quando – como citado acima – experiências e expectativas encontravam-se atreladas mais estreitamente pelas temporalidades características do Antigo Regime pré-industrial com seus sistemas de representações próprios – como concerne não apenas ao Antigo Regime, mas a toda época histórica, como demonstra Baczko –<sup>33</sup> embebidos no imaginário social

---

33 “No sistema de representações produzido por cada época e no qual essa encontra a sua unidade, o ‘verdadeiro’ e o ‘ilusório’ não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela

que, segundo Le Goff, relaciona-se conflituosamente à ideologia vigente, neste caso a cristã, representada em diversas edições examinadas como a “Divina Providência” que, segundo Joaquim Maria Alves Sinval, “em todos os tempos [...] tem escolhido os povos da península espanhola para serem instrumentos dos seus altos destinos”.<sup>34</sup>

Comentando a ameaça bélica da Santa Aliança contra os movimentos constitucionais em Portugal e Espanha, o redator fazia também entrever mais do que uma disputa político-ideológica, ou uma concepção do tempo histórico, mas a peculiar mentalidade política luso-brasileira – quiçá também ibérica, ou mesmo católica, ou latina – empossada por uma percepção singular do mundo que tende a sobrepor à concretude do real-material no campo do político um sentido impregnado do real-imaginário de cunho religioso. Esse aspecto, que faz ver a congruência de um mesmo fenômeno sobre perspectivas distintas, mas, mesmo assim, passíveis de associação equânime conquanto concorram para, como conceitos, melhor analisar as fontes e compreender os eventos passados, aos quais elas legaram registro, como prosseguia o *Astro da Lusitânia*, naquela mesma edição de 1823:

Quem acreditaria, antes de o ver, que os povos da península seriam os únicos do continente que, do princípio ao fim da lide universal, haviam de resistir ao gigantesco poder do homem extraordinário, que subjugou todas essas forças que vós temeis e que tudo perdeu, depois que desertou do exército da razão? Que seria então da Europa sem o exemplo de constância que deram os peninsulares?

Quem acreditaria, antes de o ver, que aquelas cidades que a providência tinha marcado para nelas se repartirem por todas as nações as imensas riquezas vindas do novo mundo, que aumentaram seus comércios e civilização e, por conseguinte, fizeram a felicidade da Europa; nessas mesmas cidades, Cádiz e Lisboa, a mesma providência havia de querer que fossem proclamados pelos representantes dos povos da península, os direitos do homem, riqueza moral incalculável, que promete fazer a felicidade de todo o gênero humano.<sup>35</sup>

Das Grandes Navegações às guerrilhas impingidas a Napoleão, Sinval pintava com cores vivas o quadro destinado pela “providência” – uma outra palavra

---

manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua ‘verdade’, bem como o lugar que lhe cabe na ‘lógica da história’” (Baczko, 1985).

34 *Astro da Lusitânia*, ano 3, n. 11, 15 jan. 1823.

35 *Astro da Lusitânia*, ano 3, n. 11, 15 jan. 1823.

para história ou mesmo progresso aqui nesta explanação – a realizar-se sob os auspícios dos povos ibéricos. Para compreender a mudança perpetrada a partir do século XVIII como temporal, é preciso abordar, mesmo que rapidamente, alguns dos deslocamentos cognitivo-temporais descritos pelos redatores vintistas e que, para Koselleck, apenas foi possível graças à concepção do conceito de progresso. Assim, ele afirma que houve “a descoberta de um novo horizonte de expectativas”. Contudo, termos como “deslocamento”, “ruptura”, “destruição” do contínuo da história, dessa estrutura espaço-temporal de ordem humana, podem servir melhor, uma vez que, tal como defendido acima, o tempo histórico parece possuir dimensões que vão além – não deixando de se relacionar com estas, no entanto – dos avanços filosóficos e tecnológicos. Curiosa é a contribuição de Walter Benjamin ao nos lembrar de duas coisas na décima quinta tese dos conceitos da história. A primeira diz respeito a essa mesma estrutura, quando evoca as imagens do calendário e do relógio para demonstrar como “o dia com que se inicia um calendário funciona como um dispositivo de concentração do tempo histórico” (Benjamin, 2019, p. 18), sendo, portanto, compreensível a atitude dos revolucionários em 1792, ao introduzirem um novo calendário, enquanto, anos depois, em 1848, teriam atirado contra relógios nas torres “para suspender o dia” (p. 19). E a segunda contribuição benjaminiana à semântica do tempo histórico, se assim podemos dizê-la, estaria no reconhecimento das afetividades políticas nesse processo, ao afirmar que “a consciência de destruir o contínuo da história é própria das classes revolucionárias no momento da sua ação” (p. 18). Se não podemos considerar os periodistas citados como “classes revolucionárias” na acepção mais comumente da expressão, certamente é possível conjecturar sobre seus lugares e a relevância dos discursos que produziam para deslocar o tempo histórico no momento de sua ação política e discursiva.

## Conclusão

Retomando a questão que postulamos ao início da análise, qual teria sido o papel da imprensa na formação da ideia de Brasil independente? A resposta, assim como a questão, dá-se na polifonia de sentidos e interpretações passíveis de cada pesquisador, tendo em vista a profusão de produções, de atores sociais no passado e no presente, mas, atendo-nos a explanação atual, restringimo-nos a seu papel na instituição de novas temporalidades pela atualização e sobreposição de temporalidades diversas àquela que estudamos a princípio e mesmo àquela em que vivemos. Se, como pretende Walter Benjamin e teóricos das mais diversas searas do saber, o tempo “absoluto” – *illud tempus* – caracteriza-se pela

atualização ressignificante no instante presente, o leitor há de nos perdoar por dizer que a história contada aqui partiu de dois tempos cronologicamente distintos, mas atualizados no instante da narração. De fato, mesmo o instante com o qual jogamos brinca conosco, como partícula fugidia, astuta, para não dizer trapaceira, perante aqueles que a reconhecem num dos lampejos dessa *creatio continua*. Cabe ao historiador ainda, quando peregrina pelos reinos da memória, do imaginário e de todos os fenômenos que os perpassam, atentar para a estrutura espiralada do tempo que Michel Maffesoli descreve como “ciclo de renovação dos valores” (Maffesoli apud Boechat, 2014, p. 19) presentes na história e que abarca em si não apenas valores cognitivos, mas também sensíveis, em geral catapultados aos campos luminosos da consciência por imagens-lembrança condensadas de emocional, que é o ponto de partida para uma compreensão de nossos motivos coletivos as mais das vezes inconscientes, mas não por isso neutros de impacto em nossa realidade material e objetiva.

## Fontes

### Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Astro da Lusitânia. Porto: Oficina de J. F. M. de Campos, ano 1, n. 1, 30 out. 1820. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890227/7>. Acesso em: 6 jan. 2021.

Astro da Lusitânia. Porto: Oficina de J. F. M. de Campos, ano 1, n. 4, 6 nov. 1820. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890227/23>. Acesso em: 9 jan. 2021.

Astro da Lusitânia. Porto: Oficina de J. F. M. de Campos, ano 1, n. 24, 14 dez. 1820. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890227/109>. Acesso em: 16 jan. 2021.

Astro da Lusitânia. Porto: Oficina de J. F. M. de Campos, ano 2, n. 131, 28 abr. 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890227/569>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Astro da Lusitânia. Porto: Oficina de J. F. M. de Campos, ano 2, n. 184, 5 jul. 1821. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/890227/784>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Astro da Lusitânia. Porto: Oficina de J. F. M. de Campos, ano 3, n. 138, 1 ago. 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890227/2081>. Acesso em: 2 out. 2021.

Astro da Lusitânia. Porto: Oficina de J. F. M. de Campos, ano 4, n. 11, 15 jan. 1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890227/2637>. Acesso em: 27 nov. 2021.

O Conciliador do Maranhão. São Luís: Tipografia Nacional Maranhense, ano 1, n. 1, 14 abr. 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/1>. Acesso em: 12 out. 2020.

O Conciliador do Maranhão. São Luís: Tipografia Nacional Maranhense, ano 1, n. 40, 28 nov. 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/88>. Acesso em: 18 out. 2020.

O Conciliador do Maranhão. São Luís: Tipografia Nacional Maranhense, ano 2, n. 80, 16 abr. 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/329>. Acesso em: 11 dez. 2020.

Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina de Silva Porto, ano 1, n. 2, 15 abr. 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749370/5>. Acesso em: 13 maio 2021.

Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina de Silva Porto, ano 1, n. 27, 10 maio 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749370/106>. Acesso em: 5 jun. 2021.

Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina de Silva Porto, ano 1, n. 35, 21 maio 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749370/140>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Real, ano 1, n. 7.006, 7 jul. 1821. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/237](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/237). Acesso em: 16 nov. 2021.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Real, ano 1, n. 10.005, 6 out. 1825. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/5741](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/5741). Acesso em: 21 nov. 2021.

Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, ano 1, n. 4, 3 out. 1808. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/33>. Acesso em: 21 maio 2022.

Semanário Cívico. Salvador: Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, ano 2, n. 49, 31 jan. 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702870/228>. Acesso em: 23 ago. 2021.

#### Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital Hispánica

El Universal. Madrid: Imprenta del Universal, ano 2, n. 216, 4 ago. 1821. Disponível em: <http://hemeroteca-digital.bne.es/issue.vm?id=0003621476>. Acesso em: 24 ago. 2021.

## Referências

AS JUNTAS governativas e a Independência. v. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Conselho Federal de Cultura, 1973. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=aJhnAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino: áulico, anatômico, arquitetônico, bélico, botânico, brasílico, cômico, crítico, químico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, florífero, forense, frutífero...*

autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos... 8 v. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. Disponível em: <http://purl.pt/13969>. Acesso em: 10 maio 2022.

BOECHAT, Walter (org.). *A alma brasileira: luzes e sombras*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ELYEL, Jhonatas. *Impressões da nação: o imaginário político luso-brasileiro no periodismo vintista (1820-1823)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

GRAVES, Robert. *Os mitos gregos*. Rio de Janeiro:

- Nova Fronteira, 2018.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2012.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IHBG. *Sócios falecidos e estrangeiros*: Miguel de Sousa Melo e Alvim, 2021. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MSMAlvim.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- KANT, Immanuel. *Começo conjectural da história humana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MENEGUELLO, Cristina. Algumas considerações sobre o conceito de História segundo Voltaire. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, v. 3, n. 2, 1997.
- PINHEIRO, Roseane Arcanjo. *O Conciliador e o jornalismo maranhense no início do século XIX*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ROCHA, Antônio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas cortes: história de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SOFÓCLES et al. *O melhor do teatro grego*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

---

Recebido em 28/2/2022

Aprovado em 11/7/2022